

O CONTRIBUTO DAS BIBLIOTECAS PARA A AGENDA DAS NAÇÕES UNIDAS 2030: UMA VISÃO A PARTIR DA PERSPECTIVA ÉTICA

Resumo: A Agenda 2030 é uma proposta das Nações Unidas, composta por 17 objetivos, que possuem como propósito o desenvolvimento social, econômico e sustentável das nações e que teve como um dos membros ativos em sua construção a International Federation of Library Associations (IFLA), reconhecendo as bibliotecas como instituições fundamentais para o alcance desses objetivos. Pode-se atribuir uma perspectiva ética a esses aspectos aliados às unidades informacionais, compreendidas enquanto espaços que possibilitam o progresso social e cultural da população, tendo em vista o bem-estar desses usuários. O presente artigo questionou-se de que forma as bibliotecas podem contribuir, de fato, para o desenvolvimento dessas metas, considerando o reconhecimento atribuído a esses espaços para implantação dos objetivos encontrados na agenda. Com objetivo, pretendeu-se por meio de uma perspectiva ética, analisar como atividades, processos e valores das unidades informacionais podem auxiliar na efetividade do cumprimento dos objetivos propostos pela Agenda 2030. Metodologicamente, foi realizada uma busca nas bases de dados BRAPCI e *Library and Information Science Abstracts* (LISA) em artigos que possuíam o termo “agenda 2030” em seus títulos, resumos ou palavras-chave. Os 33 artigos recuperados foram analisados por meio da Análise de Conteúdo, de maneira a identificar seus preceitos éticos e maneiras de como as bibliotecas poderiam contribuir para o cumprimento da agenda. Foi possível identificar que as bibliotecas podem auxiliar possibilitando a educação de qualidade, de maneira inclusiva, equitativa e ainda, a redução de desigualdades, sejam elas de gênero, raças ou de acessibilidade. Alguns valores éticos podem ser encontrados nessa premissa, em especial o acesso à informação, diversidade cultural e igualdade.

Palavras-chave: Agenda 2030; Organização das Nações Unidas (ONU); aspectos éticos em Ciência da Informação; valores éticos.

Isadora Victorino Evangelista
Bibliotecária e Mestre em Ciência da
Informação pela Universidade
Estadual Paulista – UNESP.
isadora.evangelista@unesp.br

Rafael Cacciolari Dalessandro
Bibliotecário e Mestre em Ciência da
Informação pela Universidade
Estadual Paulista - UNESP.
rafael.cacciolari@unesp.br

José Augusto Chaves Guimarães
Professor Titular no Departamento de
Ciência da Informação da
Universidade Estadual Paulista -
UNESP.
chaves.guimaraes@unesp.br

THE CONTRIBUTION OF LIBRARIES TO THE UNITED NATIONS AGENDA 2030: A VIEW FROM THE ETHICAL PERSPECTIVE

Abstract: The 2030 Agenda is a proposal from the United Nations, composed for 17 objectives, whose purpose is the social, economic and sustainable development of nations. The International Federation of Library Associations (IFLA) was one of the active members in the elaboration of this document, recognizing libraries as key institutions for achieving these goals. An ethical perspective can be attributed to these aspects, allied to the informational units that could be understood as spaces that enable the social and cultural progress of the population, in view of the well-being of these users. The present article questioned how libraries can, in fact, contribute to the development of these goals, considering the recognition attributed to these spaces for implementing the objectives found in the agenda. As aim, it was intended, through an ethical perspective, to analyze how activities, processes and values of the informational units can assist in the effectiveness of the fulfillment of the objectives proposed by Agenda 2030. Methodologically, a search was carried out in the databases BRAPCI and *Library and Information Science Abstracts* (LISA) in articles that had the term “agenda 2030” in their titles, abstracts or keywords. The 33 retrieved articles were analyzed through Content Analysis, in

order to identify their ethical precepts and ways in which libraries could contribute to the fulfillment of the agenda. It was possible to identify that libraries can help by enabling quality education, in an inclusive, equitable manner and also by reducing inequalities, whether they be gender, race or accessibility. Some ethical values can be found in this premise, in particular access to information, cultural diversity and equality.

Keywords: 2030 Agenda; United Nations; ethical aspects in Information Science; ethical values.

1 INTRODUÇÃO

A Agenda 2030 é uma proposta das Nações Unidas, composta por 17 objetivos, que possuem como propósito o desenvolvimento social, econômico e sustentável das nações. Para tanto, os países comprometem-se a agir de maneira efetiva para tornar o mundo melhor para sua população, promovendo a igualdade. A International Federation of Library Associations (IFLA) participou como membro ativo na construção dessa agenda, reconhecendo as bibliotecas como instituições fundamentais para o alcance desses objetivos, principalmente no que diz respeito ao acesso à informação, preservação dos patrimônios culturais, competências informacionais, inclusão social, acesso às ferramentas de tecnologia, dentre outros aspectos. Pode ser então, atribuída uma perspectiva ética a esses aspectos aliados às unidades informacionais, compreendidas enquanto espaços que possibilitam o progresso social e cultural da população, tendo em vista o bem-estar desses usuários.

Considerando a importância da eficaz aplicação das metas propostas na Agenda 2030, questiona-se de que forma as bibliotecas podem contribuir, de fato, para o desenvolvimento dessas metas, considerando o reconhecimento atribuído a esses espaços para implantação dos objetivos encontrados na agenda.

Pretende-se, por meio de uma perspectiva ética, analisar como atividades, processos e valores das unidades informacionais podem auxiliar na efetividade do cumprimento dos objetivos propostos pela Agenda 2030 e como de fato, essas instituições podem ser consideradas de suma importância no desenvolvimento social e cultural das nações.

Considerando os 17 objetivos encontrados na Agenda 2030, foi analisado por meio da literatura da área na temática ética, em quais desses propósitos as unidades informacionais podem auxiliar na competência para o alcance dessas metas.

2 ASPECTOS ÉTICOS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

O desenvolvimento tecnológico e as necessidades informacionais cada vez mais imediatistas e exigentes trouxeram uma mudança de paradigma no acesso à informação e no

papel desenvolvido pelas unidades informacionais. A partir desse contexto, surgem ainda novos dilemas éticos a serem enfrentados pelos profissionais da área, exigindo novas habilidades e novos problemas a serem refletidos, para que o papel mediador entre o usuário e a informação seja de fato cumprido.

Essa perspectiva ética permeia alguns valores encontrados no âmbito das unidades informacionais, como a privacidade do usuário e seus históricos de pesquisa. Embora não recente, cumpre destacar o caso ocorrido em 1988, na Universidade de Columbia, denunciado pela bibliotecária Paula Kauffman. Nessa ocasião, agentes do FBI fizeram uma visita à Biblioteca de Ciências Matemáticas, questionando a presença de estrangeiros nas dependências da biblioteca e seus históricos de busca no acervo. O FBI foi então notificado, visto que a vigilância de usuários a materiais não classificados como censurados, além de antiética, era considerada extremamente antiprofissional. Como justificativa, o órgão denominou a atitude como parte do programa *Library Awareness Program* e que a recusa em fornecer as informações solicitadas feria a declaração de direitos americana e seus deveres enquanto patriotas (SHIELDS, 1991).

De acordo com Shields (1991), essa atitude do governo americano demonstra o grau de comprometimento dos bibliotecários com os seus usuários e com o livre acesso à informação, uma vez que não se intimidaram, recusando-se a desenvolver atividades de vigilância quando isso significasse afetar a comunidade. Vale recordar que os bibliotecários devem auxiliar os usuários a encontrar a informação necessária, promovendo, assim, o acesso à informação sem, no entanto, ater-se a julgamentos morais como a origem do indivíduo, por exemplo.

Essa perspectiva moral da privacidade esteve ainda em maior evidência após o atentado de 11 de setembro, que gerou a criação do Ato Patriota e a constituição do crime de “terrorismo doméstico”, que permitia atos de vigilância até então considerados invasivos. Desde então, questões como a liberdade de acesso ao acervo, privacidade do histórico de busca e de páginas acessadas na internet têm se tornado objeto de discussão. Tornar públicos esses históricos poderia deixar os usuários embaraçados; no entanto, como agir diante de pesquisas sobre assuntos que poderiam ser preocupantes, em especial no caso de uma instituição pública, em que deve haver transparência? (RUBIN; FROEHLICH, 2010).

Em um contexto mais atual, essa questão da privacidade vai além: em caso de divulgação de dados até então considerados pessoais, quem deveria ser responsabilizado? Para Kaczmarek, Shankar e Nathan (2018), três ideias devem ser relacionadas nessas

circunstâncias: a regulamentação governamental, essas instituições possuem a responsabilidade de acompanhar o desenvolvimento tecnológico, inclusive no sentido de divulgação de dados sensíveis; a indústria de tecnologia deve ser mais transparente, os criadores dos sistemas que exigem a utilização de dados pessoais devem esclarecer a forma como esses dados serão posteriormente manipulados; os indivíduos devem estar preparados para esse avanço tecnológico, buscando habilidades que os garante segurança digital e sendo responsável no momento de disseminar seus dados pessoais.

Como uma forma de divulgação dessas responsabilidades, algumas ideias tornam-se necessárias. A primeira, diz respeito a questionar a retórica dominante, questionando a forma como os sistemas funcionando, para que se tenha consciência de como as informações serão manipuladas; um segundo passo seria analisar para além de uma perspectiva política, compreendendo o papel da ciência da informação nessa concepção, principalmente no que diz respeito às competências informacionais; deve-se ainda analisar as práticas informacionais, uma vez que forma como essas tecnologias informacionais são utilizadas influenciam a forma como esses sistemas são percebidos pela sociedade (KACZMAREK; SHANKAR; NATHAN, 2018).

Considerando dados de pesquisa, chegamos a outro valor ético que transpõe as atividades informacionais: os direitos de acesso e as leis de direitos autorais. Na perspectiva acadêmica, o plágio e as más práticas em pesquisa constituem-se hoje um grande desafio para as unidades informacionais. Ainda que o acesso à informação seja um direito garantido constitucionalmente, o dilema ético surge quando esse acesso torna mais fácil a ocorrência de plágios. Sabe-se que prevenir esses casos é o ideal, uma vez que é melhor evitar do que sofrer posteriormente o transtorno desses hábitos, no entanto, ainda não se tem claro como as boas práticas são propostas no ambiente acadêmico (BUCHANAN; McKAY, 2018).

Refletindo sobre os direitos autorais, Pryor-Darnell, Andersen e Rowling (2019) realizam estudo na perspectiva australiana, que possui uma severa lei que garante os direitos dos autores: a biblioteca só é permitida fazer cópias em caso de dano ou perda do material e documentos históricos só podem digitalizados com a autorização do autor ou criador original, que muitas vezes é impossível de ser identificado ou encontrado.

A rigidez dá lei traz outro dilema ético inserido no contexto das unidades informacionais: qual é o limite entre o direito autoral e o acesso à informação? Em que ponto preservar a informação é mais importante do que torná-la acessível? Esse conflito contraditório deve ser equilibrado pelos profissionais da informação, que devem estar cientes

da carga ética que essas questões possuem, priorizando o acesso justo e igualitário à informação (PRYOR-DARNELL; ANDERSEN; ROWLING, 2019).

Outro dilema ético que acompanha a informação cada vez mais acessível e imediata é o caso das fake news. Embora possa ser conceituada de maneira geral como uma informação falsa, Froehlich (2017) apresenta outros termos relacionados a esse universo, como por exemplo: *doxing*, entendido pelo autor como informações particulares levadas a público de forma a constranger o indivíduo intencionalmente, visando a coerção, extorsão ou humilhação; *misinformation*, compreendida como o ato de oferecer informações que estão incorretas ou imprecisas, de maneira não intencional, mas que possibilita a divulgação em cadeia dessas informações; *disinformation*, concebida de maneira similar à definição anterior, mas nesse caso, há a intenção de divulgação de dados falsos, enganando os leitores.

Em artigo posterior, o autor juntamente com Oltmann e Agosto (2018), afirmam que, na época em que as informações eram divulgadas em papel, passavam por uma revisão, ainda que primária. Atualmente, com as informações disseminadas em meio digital, essa verificação é impossibilitada criando uma onda, não só de divulgação de informações falsas intencionais, mas também daquelas divulgadas de maneira enganosa, sem intenção de prejudicar. O mais preocupante em todo esse contexto, é que, com as novas tecnologias essas práticas aumentaram de maneira drástica e ainda não se possui políticas públicas que de fato resolvam o problema.

Para os autores, a censura não é uma forma efetiva de resolução para esse mal, uma vez que esse é justamente um problema a ser evitado pelos profissionais da informação. Outra forma de se evitar essa variedade de distorções da informação, seria o treinamento em competências informacionais, por meio de uma perspectiva crítica e baseada na liberdade intelectual.

Outro dilema ético que ocorre no contexto digital é o que Greyson et al. (2018) denominam como *targeting*, uma forma de assédio online contra pesquisadores e acadêmicos por conta de suas opiniões políticas ou por conta das temáticas de suas pesquisas, vezes considerados controversos. Segundo os autores, essa prática é considerada problemática ainda porque envolve um nível de *doxing*, quando além das críticas, ocorrem campanhas para tirar o crédito de suas pesquisas e análises. Os efeitos também são considerados complexos, uma vez que abrangem stress, comprometimentos na carreira e uma autocensura, de forma a se proteger de futuros ataques.

Como exemplo de um desses casos, os autores apresentam o fato ocorrido com a professora Nicole Cook, que após receber um auxílio governamental para o desenvolvimento de suas pesquisas, virou alvo de estudantes de extrema direita, que pretendiam expor as tendências liberais dos professores. Como resultado, informações como telefone e endereço da pesquisadora foram divulgados em um site de nacionalistas e crentes da supremacia branca, o que ocasionou problemas para Nicole, que passou a cobrar da universidade proteção e auxílio psicológico.

Outros dilemas éticos surgem a partir da perspectiva de multiplicidade de usuários, principalmente no que diz respeito a grupos frequentemente marginalizados na representação, como homoafetivos, latinos, mulheres e indígenas. Pesquisas nesse sentido merecem destaque, como os conceitos de tesouros multilíngues (HUDON, 1997), garantia cultural na representação (BEGHTOL, 2002) e o poder que o indexador possui ao “nomear” os documentos (OLSON, 2002).

Nessa seção, foram apresentadas algumas pesquisas envolvendo os aspectos éticos dos profissionais da informação na atualidade e de como sua importância é cada vez mais verificada. Pretendemos agora relacionar essas perspectivas éticas e morais, com a agenda 2030 da UNESCO, melhor apresentada na próxima seção.

3 AGENDA DAS NAÇÕES UNIDAS 2030

Vivemos em uma sociedade cuja informação é crucial em todos os aspectos que regem a vida pública, é através do acesso a este bem que as pessoas passam a compreender e a modificar a realidade a sua volta, não é atoa que o momento ora vivenciado denomina-se como sociedade da informação, era em que a informação flui em velocidade e quantidade até então inimagináveis assumindo valores sociais e econômicos fundamentais (TAKAHASHI, 2000).

A partir deste potencial transformador que a informação assume nos dias de hoje, muitos tem sido os esforços para combater as desigualdades sociais e promover o desenvolvimento sustentável do planeta. Dentre as diligências mais significativas encontra-se a Organização das Nações Unidas (ONU) que desde a sua criação em 1945, após a Segunda Guerra Mundial, vem endereçando atenção à paz e segurança mundiais, desenvolvimento de relações amigáveis entre as nações e promovendo o progresso social, melhoria de padrões de vida e direitos humanos ao redor do mundo (NAÇÕES UNIDAS, s.d.).

Uma de suas mais notáveis medidas para por em prática os objetivos acima mencionados foi o estabelecimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que se deu após um encontro entre líderes mundiais em Setembro de 2000 e tinha como objetivo atingir um conjunto de oito metas até 2015, a saber: 1 – Erradicar a extrema pobreza e a fome; 2 – Alcançar a educação primária universal; 3 – Promover a igualdade de gênero e empoderar mulheres; 4 – Reduzir a mortalidade infantil; 5 – Melhorar a saúde materna; 6 – Combater o HIV/AIDS, malária e outras doenças; 7 – Assegurar a sustentabilidade ambiental; 8 – Parceria mundial para o desenvolvimento (NAÇÕES UNIDAS, s.d.).

No entanto, quinze anos após a data em que os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio foram estabelecidos, o que significou uma importante estrutura de desenvolvimento e significativo progresso em diversas áreas, parte deste progresso foi desigual, uma vez que países menos desenvolvidos e em desenvolvimento não foram tão favorecidos, além de algumas metas não terem deslanchado em particular aquelas relacionadas à saúde materna, neonatal, infantil e a saúde reprodutiva (NAÇÕES UNIDAS, s.d.).

O mais recente programa lançado pela ONU diz respeito à Agenda 2030 no ano de 2015, que consiste de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas construídas sobre o legado dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio a fim de concluir o que estas não conseguiram alcançar, sendo integrados e indivisíveis, de modo que equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a economia, a social e a ambiental.

Os novos objetivos são: 1– Erradicação da pobreza; 2 – Fome zero e agricultura sustentável; 3 – Saúde e bem estar; 4 – Educação de qualidade; 5 – Igualdade de gênero; 6 – Água potável e saneamento; 7 – Energia limpa e acessível; 8 – Trabalho decente e crescimento econômico; 9 – Indústria, inovação e infraestrutura; 10 – Redução das desigualdades; 11 – Cidades e comunidades sustentáveis; 12 – Consumo e produção responsáveis; 13 – Ação contra a mudança global do clima; 14 – Vida na água; 15 – Vida terrestre; 16 – Paz, justiça e instituições eficazes; 17 – Parcerias e meios de implementação (NAÇÕES UNIDAS, s.d.).

Dada a importância destes objetivos para a transformação global e o valor que a informação possui em modificar essa realidade, a *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) acredita que o acesso à informação deva estar no cerne da agenda de desenvolvimento pós-2015 e que governo, setor privado, sociedade civil e instituições globais devam assegurar que todos acessem, compreendam, consigam usar e compartilhem as informações necessárias a promoção do desenvolvimento sustentável.

Isso se dá uma vez que o acesso à informação possibilita as pessoas a exercerem seus direitos políticos e socioeconômicos, serem economicamente ativas, desenvolverem novas habilidades e cobrar responsabilidade de seus governos (IFLA, s.d.). Ainda segundo a IFLA, o acesso à informação é essencial para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e que as bibliotecas não são apenas principais parceiras dos governos, mas que estão contribuindo para o progresso em relação ao estabelecimento destes 17 objetivos (IFLA, s.d.).

4 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento metodológico, optou-se por fazer uma busca em duas bases de dados da área de Ciência da Informação: a Library and Information Science Abstracts (LISA), representando o âmbito internacional e a BRAPCI, recuperando arquivos no âmbito nacional. Para tanto, utilizou-se como termo de pesquisa “agenda 2030”, nas áreas de maior conteúdo informacional dos artigos: título, resumo e palavras-chave. Também como critério metodológico, optou-se para composição do corpus apenas artigos que estivessem nos idiomas inglês, espanhol ou português, considerando o conhecimento dos autores.

Na base de dados LISA foram recuperados 33 artigos que, após a exclusão daqueles em alemão – idioma pouco conhecido dos autores e daqueles que não continham os termos nas partes selecionadas para pesquisa, resultou-se em um total de 04 artigos selecionados para análise. No caso da base BRAPCI, foram recuperados 29 artigos, sendo que nove deles eram editoriais, entrevistas, não tratavam sobre o tema ou estavam em duplicidade, resultando em 20 artigos considerados para análise.

É possível perceber que há um desequilíbrio entre a recuperação nas duas bases de dados, uma no âmbito nacional e uma no âmbito internacional, que embora tenha recuperado um número semelhante de artigos, a maioria dos artigos não continha os termos em suas áreas mais informativas. Destaca-se que o número superior de artigos na base nacional pode justificar-se pela ocorrência no ano de 2017, do XXVII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBDD), que tinha como temática “Bibliotecas e Agenda 2030”, extremamente pertinente para presente pesquisa. Após as exclusões mencionadas, o corpus teve um total de 23 artigos analisados, que estão descritos na seção bibliografia analisada.

Após essa recuperação, os artigos foram sistematicamente analisados por meio da Análise de Conteúdo, de Bardin (2009). Essa metodologia consiste em um conjunto de

métodos aplicáveis a discursos de qualquer natureza, que tem como ponto principal a inferência, de acordo com o conhecimento prévio do analista sobre o tema.

Salles (2008) ressalta que para utilização do método, inicialmente é necessária uma pré-análise, em que os documentos serão selecionados, construindo um corpus de pesquisa e a formulação de hipóteses e objetivos. Posteriormente, os índices e indicadores são elaborados, para tanto são estabelecidas categorias de análise, organizados sistematicamente pela presença ou não dos termos definidos como categorias.

Para presente pesquisa, buscou-se analisar a presença ou não de conceitos nos artigos que poderiam se relacionar pelos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável propostos na Agenda 2030, a saber: erradicação da pobreza; fome zero e agricultura sustentável; saúde e bem-estar; educação de qualidade; igualdade de gênero; água potável e saneamento; energia limpa e acessível; trabalho decente e econômico; indústria, inovação e infraestrutura; redução das desigualdades; cidades e comunidades sustentáveis; consumo e produção responsáveis; ação contra a mudança global do clima; vida na água; vida terrestre; paz, justiça e instituições eficazes; parcerias e meios de implementação.

Além disso, buscou-se identificar qual era a dimensão ética presente nos artigos, considerando valores morais compartilhados e aceitos pela sociedade como ideais para o desenvolvimento do acesso informacional. Para tanto, tomou-se por base alguns valores que foram identificados por Guimarães et al. (2008) na área de Organização do Conhecimento. Considerando que esses valores também poderiam ser aplicados na Ciência da Informação como um todo, eles foram utilizados para identificação das premissas éticas presentes nos artigos.

Sendo assim, foram determinados como categorias de análise a contribuição do artigo para a agenda 2030 e a vertente ética compartilhada pelas ideias dos autores. Cada artigo foi descrito em uma ficha de registro, como verificado no quadro a seguir.

Quadro 01: Modelo de ficha de registro

Referência do artigo: TEIXEIRA, Lilian Aguilar; SILVA, Gleibson José da; MARQUES, Rogério Ferreira. A biblioteca como mediadora nas questões sociais: o tráfico de mulheres no Mato Grosso do Sul. No que podemos colaborar?. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação , v. 13, p. 184-197, 2017.
Resumo: A biblioteca deve propiciar sua expansão, buscando realizar o seu papel social, diante da globalização, algumas situações mundiais ficaram mais evidentes, um exemplo é o crime de tráfico de pessoas que submete os seres humanos a diversas formas de exploração, onde suas principais vítimas são mulheres e foi constatado que o Mato Grosso do Sul é o estado em terceiro lugar no Brasil em número de tráfico interno para fins de exploração sexual. A biblioteca pode colaborar sendo o meio de divulgação e local de aperfeiçoamento para a

<p>sociedade, buscando realizar atividades em conjunto com órgãos governamentais e com o Programa Escola de Conselhos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, um projeto de extensão universitária desenvolvido pela UFMS que realiza formações continuadas na área de direitos humanos. Desse modo, busca se a construção de uma sociedade com mais acesso a informação sobre a temática, rompendo com o modelo convencional da biblioteca fornecedora de informações físicas e buscando contribuir com um dos objetivos da Agenda 2030 de desenvolvimento sustentável, que é eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos.</p>	
Categorias de análise	
Agenda 2030	Vertente ética
<p>“A colaboração das bibliotecas na Agenda 2030 possui propósitos para contribuir para o desenvolvimento sustentável, com metas universais em que cada país deve buscar desenvolver e implantar estratégias para o seu alcance. Como faz parte de um compromisso político, o que significa que todos, incluindo bibliotecas e sociedade civil, terão um papel a desempenhar para garantir que os governos sejam responsáveis pela implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).” (p. 188)</p> <p>“Dos 17 ODS uma das metas é o objetivo sustentável 5, que traz a tona questões que envolvem a igualdade de gênero, remete para o combate à violência contra as mulheres:</p> <ul style="list-style-type: none">• Eliminar todas as formas de violência contra as mulheres e meninas nas esferas pública e privada, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos .• Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos precoces, forçados e envolvendo crianças, bem como as mutilações genitais femininas.” (p. 188) <p>“Esse papel social também faz parte dos objetivos da biblioteca, que é de ser um agente facilitador, um elo de informação, um organismo que causa um impacto social, atingindo as comunidades locais, pois a gestão de políticas públicas não se faz de forma isolada, depende de vários segmentos da sociedade para troca de experiência e conhecimento, dessa forma a biblioteca promove o exercício da construção coletiva da Agenda 2030.” (p. 195)</p> <p>“Busca se entrar em contato com órgãos relacionados com a temática de tráfico de pessoas, através de seus coordenadores e lideranças para rodas temáticas do assunto na</p>	<p>“Desse modo, também cabe a biblioteca o objetivo de promover o acesso e mediação da informação, abordando a promoção de direitos humanos, com o intuito de que a sociedade reflita e desenvolva um senso crítico em relação ao exercício dos seus direitos.” (p. 186) Acesso à informação</p> <p>“É necessário que a biblioteca possua um aspecto de coletividade, podendo ser usufruída por toda sociedade, ocorrendo assim uma integração com o usuário, sendo um espaço democrático.” Igualdade</p> <p>Talvez falte ao bibliotecário a consciência de que a biblioteca pode atuar como instrumento de mudança social, não tendo que, necessariamente, fixar se a um papel de disseminadora de informações socialmente aprovadas (por aqueles que determinam o que deve ser “socialmente aprovado, é claro”...)”</p> <p>[Referente ao plano nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas] “A linha operativa 4 trata referente a disseminação de informação, sendo necessária a colaboração da sociedade com o Plano Nacional, a biblioteca poderá realizar sua contribuição, já que ela é um espaço onde a informação é disseminada para a sociedade.”</p>

biblioteca, desenvolvendo o intercâmbio informacional com a comunidade, principalmente entre as mulheres, que são as principais vítimas desse crime.” (p. 192)	
--	--

Análise:

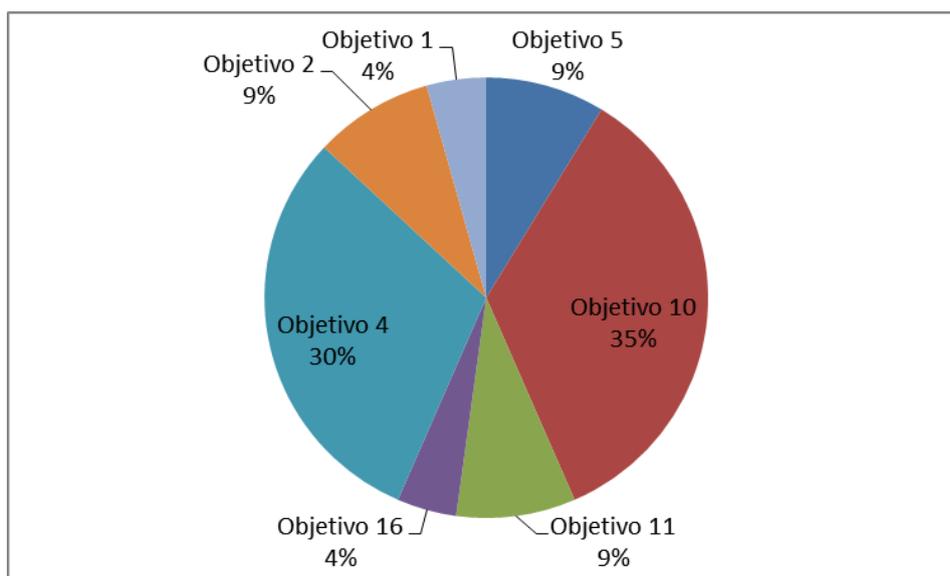
O artigo encontra-se estritamente relacionado ao objetivo 05 da Agenda 2030, relacionado ao combate da desigualdade de gênero. Além disso, foi possível identificar uma forte relação ética com valores como acesso à informação, igualdade e minimização de riscos.

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

5 RESULTADOS

Após a aplicação das abordagens metodológicas, foi possível chegar a um grupo representativo de artigos a serem analisados, que tratavam especificamente sobre o tema abordado. No gráfico a seguir, é possível identificar quais eram os objetivos da agenda 2030 mais citados nos artigos:

Gráfico 01 - Objetivos da Agenda 2030 mais citados



Fonte: elaborado pelos autores (2020).

É possível perceber que dos 17 objetivos principais destacados pela Agenda 2030, 07 possuem relação e podem ser aplicados em bibliotecas. Cumpre destacar os objetivos de número 04 e de número 10, que juntos, possuem mais da metade das incidências e foram citados diretamente em ao menos 12 dos artigos analisados.

O objetivo número 04 diz respeito ao desenvolvimento de educação de qualidade e possui como título “Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos”. A relação das unidades informacionais com esse objetivo é nítida, uma vez que as bibliotecas atuam como espaço

democrático de acesso à informação, promovendo o desenvolvimento do indivíduo de maneira igualitária e de qualidade. O objetivo ainda ressalta a importância de permitir o acesso a grupos considerados vulneráveis, como pessoas portadoras de deficiências, indígenas e crianças marginalizadas, o que evoca a ideia das bibliotecas enquanto espaços que promovem a diversidade e autonomia desses indivíduos.

No tocante ao objetivo 10, está relacionado à redução de desigualdades e tem como título “Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles”. As razões para a proximidade desse objetivo com as bibliotecas são semelhantes às destacadas anteriormente: respeito à diversidade dos indivíduos, permitindo oportunidades igualitárias de busca e acesso à informação gratuitamente, promovendo o desenvolvimento democrático da população. A elaboração de políticas e manifestos anti-discriminatórios e de promoção de uma sociedade justa, por parte das associações profissionais e acadêmicas, também garante o cumprimento desse objetivo.

Outros três objetivos também foram destacados em mais de um artigo analisado: igualdade de gênero (objetivo 05), que visa alcançar a igualdade de gênero a partir do empoderamento de meninas e mulheres; cidades e comunidades sustentáveis (objetivo 11), que se propõe a tornar as cidades inclusivas e sustentáveis, com habitações seguras e a preços acessíveis; e por fim, o objetivo de número 02, que intenciona erradicar a fome, a melhoria nutricional de crianças e promover a agricultura sustentável.

No gráfico a seguir, é possível perceber os principais valores éticos evocados dos artigos analisados:

Gráfico 2 - Incidência de valores éticos evocados



Fonte: elaborado pelos autores (2020).

O acesso à informação é majoritariamente o valor mais evocado nos artigos analisados. No contexto do material analisado, esse valor diz respeito à promover o acesso da informação de qualidade, de modo a construir a reflexão crítica sobre seus direitos e deveres na sociedade. O acesso à informação permite ainda a construção de espaços de diálogos, trocas de informações, tornando-se além de apenas um depósito, para um local de universalização e disseminação de conhecimentos.

O segundo valor mais recorrente nas pesquisas analisadas é o da diversidade cultural. Nesse sentido, a biblioteca atua como espaço agregador das diversas culturas e pessoas, por meio de manifestações nesses espaços, mídias sociais, acervo e desenvolvimento de coleções, dentre outros aspectos. Atuando dessa forma, as unidades informacionais podem promover o diálogo e respeito às diversas culturas que compõem a comunidade.

Destaca-se ainda o valor da igualdade, que entende que as bibliotecas devem ser encaradas enquanto ambientes coletivos, abertos a toda comunidade para seu uso, possibilitando o desenvolvimento democrático dos indivíduos. A igualdade aqui também pode ser compreendida como um combate à distinção de gênero nas atividades profissionais e sociais, afirmando os indivíduos como iguais perante a sociedade. Além dessas perspectivas, esse valor está diretamente relacionado ao valor da acessibilidade, permitindo a adaptação dos espaços e sistemas das bibliotecas à pessoas portadoras de deficiência.

6 CONCLUSÕES

A Agenda 2030 foi idealizada pela ONU e consiste em uma lista de objetivos a serem cumpridos de maneira a promover um desenvolvimento sustentável das sociedades. A IFLA, importante instituição no contexto das bibliotecas, auxiliou na construção desses objetivos, atuando como órgão consultor. Tendo esse cenário de base, a motivação da pesquisa foi analisar de que forma as bibliotecas podem de fato contribuir para o desempenho efetivo desses objetivos e como essas ações implicam em questões ligadas ao comportamento ético e moral das sociedades.

Após uma análise de conteúdo da literatura sobre o tema, a presente pesquisa identificou que as bibliotecas podem auxiliar de maneira profícua e direta no cumprimento de dois objetivos da Agenda – possibilitar a educação de qualidade, de maneira inclusiva, equitativa e ainda, a redução de desigualdades, sejam elas de gênero, raças ou de acessibilidade. O papel das bibliotecas nesse sentido consiste em promover espaços abertos,

democráticos, permitindo o acesso a informações que possam contribuir para a formação dos indivíduos de maneira igualitária.

Nesse sentido, alguns valores éticos podem ser encontrados nessa premissa, em especial o acesso à informação – proporcionando materiais de qualidade a todas as camadas da população, promovendo espaços de diálogo e auxiliando na construção de uma sociedade justa e democrática; diversidade cultural – atuando de maneira concomitante com o valor anterior, auxilia na promoção do acesso por todos, independente de gênero, raça ou limitações, tendo suas culturas devidamente representadas nesses espaços; por último, destaca-se o valor da igualdade, que da mesma forma que os valores anteriores, permite a participação de todos nesses espaços.

A presente pesquisa buscou identificar, de maneira prática, como as bibliotecas podem atuar de maneira efetiva no cumprimento da Agenda 2030. Em pesquisas futuras, sugere-se analisar de maneira mais específica – a partir das ações descritas nos objetivos 04 e 10, a forma com que as unidades informacionais podem agir nesse sentido, além de sugerir ações que podem ser utilizadas no cumprimento desses objetivos.

AGRADECIMENTOS: Um dos autores agradece o financiamento por meio do processo nº 2017/02327-8, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luiz Antero Reto e Augusto Pinheiro. Edições 70: Lisboa, 2009.

BEGHTOL, C. A proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems. **Journal of Documentation**, London, v. 58, n. 5, p. 507-532, 2002.

BUCHANAN, George; McKAY, Dana. Leader of the pack: on plagiarism prevention through research group enculturation. **Proceedings of the Association for Information Science and Technology**, v. 55, n. 1, p. 39-48, 2018.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves et al. Ethics in the knowledge organization environment: an overview of values and problems in the LIS literature. In: ARSENAULT, C.; TENNIS, J. T. (Ed.). **Cultural and Identity in Knowledge Organization**. Würzburg: ERGON Verlag, 2008. p. 340-346.

GREYSON, Devon; COOKE, Nicole; GIBSON, Amelia; JULIEN, Heidi. Online targeting of researchers/academics: ethical obligations and best practices. **Proceedings of the Association for Information Science and Technology**, v. 55, n. 1, p. 684-687, 2018.

HUDON, M. Multilingual thesaurus construction: integrating the views of different cultures in one gateway to knowledge and concepts. **Knowledge Organization**, Würzburg, v.24, n.2, p. 84-91, 1997.

IFLA. **O acesso à informação é crucial para a agenda de desenvolvimento pós-2015.**

Disponível em:

https://www.ifla.org/files/assets/hq/topics/librariesdevelopment/documents/access_to_information_post-2015_pt_a4.pdf. Acesso em: 03 de set. de 2019.

IFLA. **Libraries, development and the United Nations 2030 Agenda.** Disponível em:

<https://www.ifla.org/libraries-development>. Acesso em: 03 de set. de 2019.

KACZMAREK, Michelle; SHANKAR, Saguna; NATHAN, Lisa P. Information practice, responsibility, and the ability to respond. **Proceedings of the Association for Information Science and Technology**, v. 55, n. 1, p. 837-838, 2018.

NAÇÕES Unidas. **Transformando o nosso mundo: a agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** Disponível em:

<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 03 de set. de 2019.

OLSON, H. A. **The power to name: locating the limits of subject representation in libraries.** Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2002.

OLTMANN, Shannon M.; FROEHLICH, Thomas J.; AGOSTO, Denise E. What do we do about “fake news” and other forms of false information: the roles of the organization of false information, professional ethics and information literacy?. **Proceedings of the Association for Information Science and Technology**, v. 55, n. 1, p. 719-721, 2018.

PRYOR-DARNELL, Teghan Alexis; ANDERSEN, Nikki; ROWLING, Samara. Professional ethics, copyright legislation and the case for collective copyright disobedience in libraries. **Journal of the Australian Library and Information Association**, v. 68, n. 02, p. 146-163, 2019.

SALES, R. **Tesauros e ontologias sob a luz da teoria comunicativa da terminologia.** 164 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - PGCIN/ UFSC, Florianópolis, 2008.

SHIELDS, Gerald R. The FBI creates an awareness of librarian ethics: an opinionated historical review. In: LANCASTER, F. W (Ed.). **Ethics and the librarian.** Illinois: University of Illinois, 1991.

TAKAHASHI, T. **Sociedade da informação no Brasil: livro verde.** Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

UNITED NATIONS. **History of the UN.** Disponível em:

<https://www.un.org/un70/en/content/history/index.html>. Acesso em: 21 de ago. de 2019.

UNITED NATIONS. **Background.** Disponível em:

<https://www.un.org/millenniumgoals/bkgd.shtml>. Acesso em: 21 de ago. de 2019.

BIBLIOGRAFIA ANALISADA

BAKARE, A.A.; OLANIYI, E.T.; OLORUNTOLA, M.O. pro-poor rural growth of agricultural food through rural public library services for the attainment of Sustainable Development Goals (SDGs) in Nigeria. **Library Philosophy and Practice**, v. 2503, 2019.

BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. Sustentabilidade ambiental e direito de acesso à informação verdadeira: de Estocolmo aos dias atuais. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 13, p. 2923-2949, 2017.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista. Competência em informação (CoInfo) e midiática: inter-relação com a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) sob a ótica da educação contemporânea. **Folha de Rosto**, v. 4, n. 1, p. 15-24, 2018.

BELLUZZO, Regina Celia Baptista. Transformação digital e competência em informação: reflexões sob o enfoque da Agenda 2030 e dos objetivos de desenvolvimento Sustentável. **Conhecimento em ação**, v. 4, n. 1, p. 3-30, 2019.

CASTRO FILHO, Claudio Marcondes de. Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável: uma leitura de política pública na clave da biblioteca escolar. **Revista Digital Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 16, n. 6, p. 355-372, 2018.

DUTRA, Sigrid K. Weiss; PINTO, Marli Dias de Souza; GERALDO, Genilson. Agenda 2030: uma proposta de advocacy junto às bibliotecas das universidades públicas de Florianópolis-SC. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 13, p. 1573-1587, 2017.

GERALDO, Genilson; PINTO, Marli Dias de Souza. Percursos da ciência da informação e os objetivos do desenvolvimento sustentável da agenda 2030/ONU. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 24, n. 2, p. 373-389, 2019.

FERNÁNDEZ-HERNÁNDEZ, Sandra; LOBELLE-FERNÁNDEZ, Gretel; RIVERA, Zoya. Las bibliotecas públicas por el desarrollo sostenible. **Revista Cubana de Información en Ciencias de la Salud**, v. 28, n. 2, p. 1-16, 2018.

HORTA, Nicole Marinho; ROCHA, Felipe Santiago Flores. Bibliotecas comunitárias: organização sociocultural e instrumento para a democratização do acesso à informação e para a valorização cultural. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 13, p. 1781-1797, 2017.

LINDEMANN, Cátia; SILVA, Cláudio Renato Moraes. A nau CBBB: ancoragem na sociedade do conhecimento, para a disseminação da informação social. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 13, p. 1573-1587, 2017.

LINDEMANN, Cátia. Booktruck: relato de um case de empreendedorismo social por meio de um projeto de leitura em comunidades de vulnerabilidade social. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 15, n. esp. FIEB, p. 57-69, 2019.

MAJINGE, R.M.; MUTULA, S.M. Access to electronic and print information resources by people with visual impairments in university libraries: a review of related literature. **Library Management**, v. 39, n. 6/7, p. 462-473, 2018.

MONFASANI, Rosa Emma. Las bibliotecas de arte en la agenda 2030: papel, acción y memoria cultural. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 13, p. 2119-2134, 2017.

MIRANDA, Sulamita Nicolau. Acessibilidade em bibliotecas: de Ranganathan à Agenda 2030. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 13, p. 1669-1683, 2017.

PINTO, Thiago Leite; BRANDÃO, Gláucia Isaías. A biblioteca escolar em consonância com a agenda 2030: Biblioteca SENAI Niterói e o empoderamento das mulheres e meninas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 13, p. 437-451, 2017.

PINTO, Daniela Maciel et al. Cartografia temática da produção técnico-científica da Embrapa destinada à agricultura familiar. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 13, p. 392-410, 2017.

PINTO, M.D.S.; SPUDEIT, D.; GERALDO, G.; MADALENA, C.S. Ações de desenvolvimento sustentável em Santa Catarina: foco nas bibliotecas públicas. **Inf. & Soc.**, João Pessoa, v.28, n.1, p. 245-256, 2018.

RASTELI, Alessandro; CALDAS, Rosângela Formentini. Mediação cultural na biblioteca pública para a cultura de paz e integração social. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, v. 4, n. 2, p. 44-57, 2017.

ROMEIRO, Nathália Lima. Programa para o desenvolvimento de competência em informação em comunidade quilombola: foco na formação em Biblioteconomia. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, v. 4, n. 1, p. 164-183, 2017.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Perspectivas de atuação das bibliotecas prisionais e as contribuições para a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 14, n. 3, p. 104-122, 2018.

SOUZA, Claudia Santos; SPUDEIT, Daniela. Empreendedorismo Social na Biblioteconomia: análise da atuação bibliotecária em ações com foco na Agenda 2030. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 15, p. 3-22, 2019.

SPUDEIT, Daniela; PRADO, Jorge Moisés Kroll. Bibliotecas parque e agenda 2030: análise das atividades no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 13, p. 138-152, 2017.

TEIXEIRA, Lilian Aguilar; SILVA, Gleibson José da; MARQUES, Rogério Ferreira. A biblioteca como mediadora nas questões sociais: o tráfico de mulheres no Mato Grosso do Sul. No que podemos colaborar?. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 13, p. 184-197, 2017.